

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31-12-2009 E 2008

---

## 1 Contexto Operacional

### 1.1 *Preâmbulo*

O Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira é uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos. Tem como principal finalidade a prestação de assistência gratuita no âmbito de saúde mental, para pacientes de ambos os sexos, de preferência oriundos do município de Campinas, nos níveis adequados de atenção, seja pela hospitalização, atendimento ambulatorial e reabilitação psicossocial.

Possui convênio de co-gestão com o município de Campinas, através da Secretaria Municipal de Saúde, gestora do SUS municipal, visando o desenvolvimento conjunto de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. O primeiro convênio firmado com o SUS municipal é do ano 1990. Depois de diversas renovações, ao longo deste período, estão em vigor os Termos de Convênio datados de 03/06/2008, números 12/08, (válido até 02/06/2009), 63/09 datado de 03/06/09 (válido até 02/06/2010), ambos referentes ao Programa de Saúde da Família e 28/07, referente à prestação de serviços na área de Saúde Mental datado de 03/06/2007 (válido até 02/06/2010).

Hoje, o Cândido Ferreira conta com um Núcleo de Retaguarda, três Centros de Atenção Psicossocial – CAPS tipo III (com retaguarda de 8 leitos cada) - Caps Estação, Caps Antônio da Costa Santos, Caps Esperança - e um Centro de Atenção Psicossocial para pessoas que fazem consumo abusivo de álcool e outras drogas - Caps Ad Independência, um Núcleo de Oficinas e Trabalho – NOT, que oferece vagas em 13 oficinas, três Centros de Convivência - Centro de Convivência e Arte “Espaço das Vilas”, Centro Cultural Cândido-Fumec e o Centro de Convivência “Rosa dos Ventos”, que oferecem alfabetização e diversas atividades de convivência social, lazer e cultura, não só aos usuários de saúde mental das regiões onde atua, mas também às comunidades locais. Os usuários também realizam atividades relacionadas à comunicação comunitária, distribuídas em quatro oficinas: oficina de jornal impresso (Jornal Candura - Espaço Aberto para um Novo Pensamento), oficina de rádio (Programa Maluco Beleza, veiculado na rádio Educativa FM 101,9MHz há quase três anos), oficina de TV e oficina de fotografia.

A ênfase das atividades no exercício de 2009 continuou a ser o atendimento dos usuários deste serviço respeitando a singularidade de cada projeto terapêutico individual e preservando os seus vínculos familiares, culturais, profissionais e comunitários.

A entidade mantém uma Residência Médica em Psiquiatria com 4 (quatro) vagas.

Destaca-se ainda a manutenção da parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas no desenvolvimento do Programa de Saúde da Família, de grande impacto social, do ponto de vista tanto da melhoria da qualidade do atendimento em geral à saúde da população, quanto de uma ação mais eficaz na área da vigilância em saúde, em especial, no combate e prevenção de epidemias como a dengue, por exemplo.

Com todos os esforços despendidos na justificativa e obtenção de recursos financeiros, a receita contabilizada através do Sistema Único de Saúde, seria suficiente para fazer frente aos custos do período. Ocorre que existe um saldo expressivo a receber, ainda não repassado, o que tem demandado o concurso de financiamentos bancários e parcelamentos de tributos e contribuições retidos para contornar as dificuldades financeiras impostas por este descompasso entre as obrigações contraídas e os valores efetivamente recebidos. A entidade tem demonstrado aos órgãos gestores de liberação de recursos o quanto é indispensável não só a revisão dos valores atribuídos aos convênios, mas o cumprimento regular dos repasses acordados, com vistas a manter o atendimento digno aos usuários e preservar o Patrimônio Social da entidade.

Maiores detalhes sobre as atividades desenvolvidas em 2009 e as metas pretendidas para 2010 podem ser obtidas em relatórios específicos, a disposição na entidade.

### 1.2 *Ações sociais*

O Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira e o Município de Campinas, através da Secretaria de Habitação e Secretaria de Assistência Social firmaram um convênio de 5 anos a partir 2004, de co-gestão em favor do reassentamento de 56 famílias, formando um total de 240 pessoas, que vivem hoje em uma área de risco situada às margens do rio Atibaia em Sousas/Campinas, cuja renovação encontra-se sob a avaliação da Prefeitura Municipal de Campinas, em função de uma possível redefinição da estratégia de continuidade a ser adotada. As novas casas seriam construídas em área negociada entre esta instituição e a Prefeitura de Campinas, projeto que se encontra pronto e aprovado em todas as instâncias municipais, mas enfrenta uma discussão judicial sobre a sua viabilidade legal em área de preservação ambiental. Este projeto tem como diferencial do desenvolvimento de um conjunto de medidas de cunho sócio-econômico

# **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31-12-2009 E 2008**

---

e de educação ambiental para favorecer a inclusão social deste grupo de pessoas, para além de, simplesmente, se oferecer uma alternativa de moradia.

## **2 Apresentação das Demonstrações Contábeis e Efeitos das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009.**

### ***2.1 Das Normas de apresentação:***

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76, adotando e incorporando as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, apresentadas comparativamente com as levantadas em 31/12/08, expressas em reais.

As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

## **3 Outras diretrizes, práticas e critérios contábeis:**

### ***3.1 Aplicações financeiras***

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, e estes recursos destinam-se à manutenção em suas atividades institucionais estatutárias.

### ***3.2 Contas a Receber***

Estão apropriadas pelo regime de competência, e referem-se a valores a receber dos convênios SUS, incluindo-se, no ano de 2009, as obrigações acumuladas da provisão de férias decorrente do desenvolvimento do Convênio de Apoio ao Programa de Saúde da Família, cujos valores não haviam sido incluídos anteriormente nas prestações de contas do mesmo, além dos valores referentes às atualizações monetárias (juros, multa e correção monetária) dos encargos não recolhidos, parcelados ou não, acumulados em nosso passivo em função do descompasso entre os custos efetivamente incorridos e os valores efetivamente recebidos para a consecução do conjunto dos convênios de prestação de serviços acordados entre esta instituição e a Secretaria Municipal de Saúde.

### ***3.3 Estoques***

São demonstrados ao custo médio de aquisição, e constituem-se de medicamentos, materiais de uso com paciente, materiais de expediente, materiais terapêuticos e alimentos;

### ***3.4 Depósitos recursais***

Refere-se a depósitos efetuados sobre processos em que a entidade é ré junto à vara Civil e trabalhista;

### ***3.5 Fornecedores***

Estão apropriados pelo Regime de Competência, nas compras a prazo e são liquidados em seus respectivos vencimentos;

### ***3.6 Provisão de Férias e Encargos***

Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do Balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;

### ***3.7 Contingências trabalhistas***

Foram constituídas, baseadas nos resultados previstos nos pareceres dos assessores jurídicos da entidade, sobre os processos pendentes na data do balanço;

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31-12-2009 E 2008

---

## 3.8 Contingências Previdenciárias

A entidade foi objeto de fiscalização pelo Instituto Nacional da Seguridade Social ao longo de 2006, sendo finalmente objeto de uma autuação em 14/11/2006:

É cobrada a cota patronal da respectiva contribuição para o período entre 1998 e 2004, para o qual se alega a inexistência do Certificado de filantropia (CEBAS) emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Esclarecemos na defesa administrativa por nós apresentada à época, que o referido período encontrava-se sob análise daquele órgão, o que veio a ser ratificado, em seguida, pelo próprio CNAS, com a confirmação da abertura dos referidos processos para a concessão dos Certificados para os triênios 1998/2000 e 2001/2003, sendo o deste último período já apreciado e deferido pelo Plenário do Conselho, permanecendo, em aberto, apenas o ano de 2004, para o qual o CNAS ainda não respondeu ao recurso apresentado, o qual será devidamente reiterado, assim que a situação administrativa deste Conselho for normalizada. Encaminhou-se tempestivamente o pedido de renovação do CEBAS para o triênio 2008-2010. Encontra-se aguardando decisão, recurso judicial contra a cobrança, portanto indevida, da cota patronal do INSS, referente ao período acima. Reiteramos, portanto, que a situação desta Instituição junto ao Conselho Nacional de Assistência Social encontra-se plenamente regularizada, a única exceção do ano de 2004, o qual é objeto de recurso administrativo que aguarda resposta, de forma que não nos encontramos, sob nenhuma hipótese, na dependência da concessão ou não da anistia que foi objeto da Medida Provisória nº 446 de 07/11/08.

É questionada remuneração do Superintendente e do Diretor Clínico do ponto de vista da legislação que regulamenta a isenção da cota patronal. Apresentamos defesa esclarecendo que o Superintendente é um executivo contratado pelo Conselho Diretor para gerenciar e articular os diferentes projetos desenvolvidos pela entidade, participando deste Conselho Diretor unicamente por uma questão de conveniência administrativa, na medida em que, mensalmente, deve prestar contas de suas atividades para os demais membros do Conselho Diretor, os quais podem, inclusive, revogar o seu mandato a qualquer tempo. Quanto ao “Diretor Clínico”, trata-se obrigatoriamente de profissional médico, igualmente contratado, neste caso, pelo Superintendente, com esta nomeação, para exercer as atribuições explicitamente definidas pelo Conselho Federal de Medicina, em relação a qual, nenhum hospital, seja ele público, privado ou filantrópico pode se furtar, não podendo ser, portanto, em hipótese nenhuma, confundido com um cargo do Conselho Diretor, este sim, sem remuneração, e que se caracteriza, diferentemente daquele, pela responsabilidade integral na definição da política assistencial, financeira e administrativa da instituição.

Pelas razões acima apontadas, a Assessoria Jurídica desta entidade formalizou parecer recomendando expressamente o não provisionamento contábil dos débitos levantados pela fiscalização do INSS, cujos argumentos apresentados julgamos suficientemente consistentes, nos permitindo avaliar como amplamente favoráveis as nossas possibilidades de sucesso nesta questão.

## 3.9 Parcelamentos de contribuições FGTS e IR-FONTE

Os tributos e contribuições parcelados estão atualizados pela taxa SELIC, até a data do balanço, bem como todos os demais acréscimos devidos por força do atraso no pagamento. Foram registradas no curto prazo as parcelas vincendas em 360 dias, no longo prazo as demais;

## 3.10 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social, acrescido dos Superávits ou Déficits apurados nos exercícios anteriores, que após a sua aprovação pela Assembléia Geral será incorporado no Patrimônio Social. As Receitas de Doações referem-se a doações e subvenções para formação ou manutenção do Patrimônio da entidade.

## 4 Comentários detalhados sobre alguns grupos contábeis

### 4.1 Ativo Circulante

#### 4.1.1 Contas a Receber - correspondem a:

Convênio SUS (através PMC)	R\$ 9.444.847,22
Sus Federal	R\$ 11.139,85
Total	R\$ 9.455.987,07

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31-12-2009 E 2008

---

## 4.1.2 Outros créditos - correspondem a :

Adiantamentos regulares a funcionários	R\$ 801.962,66
Adiantamentos para despesas	R\$ 8.761,28
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 6.436,33
Despesas diferidas	R\$1.389.953,55
Impostos e contribuições a recuperar	R\$ 983,30
Total	R\$2.208.097,12

## 4.2 Ativo Não Circulante

### 4.2.1 Realizável em Longo Prazo

#### 4.2.1.1 Contas a Receber de Longo Prazo - correspondem a:

Convênio SUS (Convênio PMC, longo prazo, conforme acordo, os acréscimos de tributos parcelados são repassados para PMC, a receber e a pagar em longo prazo)  
R\$ 37.474.380,33.

#### 4.2.1.2 Direitos de imóveis, havidos por herança.

Direitos a receber referente a imóveis havidos por herança. O Processo 778/90 da 2ª Vara de Família de S.Paulo está aguardando o encerramento do inventário, para serem destinados os respectivos quinhões aos legatários, inclusive o SSCF, conforme relatório de nossos assessores jurídicos.

### 4.2.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, deduzidos da depreciação. A Depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas legalmente aceita, previstas na legislação fiscal vigente.

#### 4.2.2.1 Reavaliação de imóveis

A instituição está instalada em uma área de 627.434,3434 M2, situada em região de alto valor imobiliário, próxima ao centro de Sousas, Campinas (SP), com escritura lavrada em cartório, sob nº 11.043, livro 3G, folha 173 de 30 de janeiro de 1948. Foi constituída uma reserva de reavaliação com metodologia estabelecida pela NB 502/89 da ABNT, registrada no INMETRO como NBR 14.653-1, utilizando-se o método comparativo de dados de mercado. O imóvel foi reavaliado em R\$ 30.092.906,00 (trinta milhões, noventa e dois mil e novecentos e seis reais). O laudo foi elaborado por empresa especializada. Esta área encontra-se onerada no processo do Sindicato, e arrolada em termo de arrolamento de bens de 14/11/2006 da Fiscalização do INSS.

#### 4.2.2.2 Reavaliação de Edifícios, Instalações, Móveis e Utensílios.

A entidade tem os bens reavaliados, exceto de Edifícios já que se trata de patrimônio histórico tombado, e que estão devidamente atualizados no Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido.

## 4.3 Passivo Circulante

### 4.3.1 Obrigações sociais e Trabalhistas - correspondem a:

Salários líquidos a pagar (a vencer)	R\$ 3.408.069,29
Fgts normal (não parcelado)	R\$ 2.028.528,50
Pis sobre Folha	R\$ 393.359,61
Inss	R\$ 2.554.410,30
IRRF 0561	R\$ 2.758.863,79
IRRF 0588	R\$ 97.892,15
Pensões judiciais	R\$ 17.472,04
Contribuições e Mensalidades Sindicais	R\$ 14.965,97
Unimed	R\$ 7.769,66

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31-12-2009 E 2008

---

Uniodonto	R\$ 12.315,80
Assimédica	R\$ 8.311,71
Madre Theodora As. Médica.	R\$ 20.391,15
Empréstimos a pagar (ref. Funcionários)	R\$ 285.576,31
Total	R\$11.607.926,28

### 4.3.2 Parcelamento de FGTS

O saldo corresponde ao valor previsto a pagar referente a este item nos 12 meses seguintes ao balanço.

### 4.3.3 Parcelamento de Tributos Federais

O saldo corresponde ao valor previsto a pagar referente aos 12 meses seguintes ao balanço, e desdobra-se em: IRRF, PIS, INSS, com parcelamento formalmente autorizado pela Receita Federal do Brasil.

### 4.3.4 Empréstimos e Financiamentos Bancários - correspondem a:

Veículos financiados a pagar	R\$ 21.376,08
Empréstimo Caixa Econômica Federal Curto Prazo	R\$ 783.388,92
Empréstimo Banco do Brasil Curto Prazo	R\$ 2.025.750,04
Empréstimo Banco Itaú S/A Curto Prazo	R\$ 2.400.716,52
Banco do Brasil (Conta Garantida)	R\$ 500.000,00
BB Giro Flex	R\$ 217.499,26
Empréstimo Feac Curto Prazo	R\$ 44.389,51
Empréstimo Banco Bonsucesso	R\$ 1.207.938,94
Empréstimo BICBANCO	R\$ 3.432.000,00
Banco Itaú S/A (LIS)	R\$ 92.865,08
Total	R\$10.725.924,35

## 4.4 Passivo Não Circulante

### 4.4.1 - Neste grupo são registradas a parcelas vincendas a mais de 360 dias - correspondem a:

- Parcelamento do FGTS (o total refere-se a parcelas vencíveis a mais de 360 dias)
- Parcelamento de Tributos Federais (desdobra-se em IRRF, PIS, INSS, com parcelamento formalmente autorizado pela Receita Federal do Brasil)
- Financiamentos Bancários – (refere-se a Caixa Econômica Federal).
- Outros Financiamentos de Longo Prazo – (referem-se a vencimentos a mais de 360 dias tendo os correspondentes no Curto Prazo relativos à Taxa de Lixo da PMC e Financiamento de Veículos).

### 4.4.2 Contratos de co-gestão com Prefeitura Municipal de Campinas

Registramos nestas contas, os convênios e contratos de co-gestão, firmados com a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas:

Termo de Convênio 28/07 Assistência Hospitalar Psiquiátrica e Rede Substitutiva (Plano de Trabalho I anexo I) e Rede Substitutiva de Gestão Direta da Secretaria Municipal de Saúde (Plano de Trabalho I anexo II):

	R\$ 10.131.708,05
Termo de Convênio 08/2008 Programa Saúde da família e de Atenção à Saúde – e posteriormente pelo Convênio 69/2008:	R\$ 29.250.000,00
Termo de Convênio – Pam-Covisa	R\$ 48.430,17
Termo de Convênio – Pam-Cerest	R\$ 16.666,66
Total	R\$ 39.446.804,88

## **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31-12-2009 E 2008**

---

### **4.4.3 Gratuidades e Assistência Social**

O Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira utiliza sua receita integral e gratuitamente, em serviços assistenciais. Em atendimento ao Decreto 2536/98, Art. 4º, Parágrafo único, "in fine", o valor constante da conta "Inss Cota Patronal (caso devida fosse)" demonstra as contribuições previdenciárias devidas caso a entidade não gozasse isenção,

Signatários:

Telma Cristina Palmieri  
Presidente do Conselho Diretor  
CPF: 135.531.038-50

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dr. Nobusou Oki  
Superintendente  
CPF: 885.192.958-00

Assinatura: \_\_\_\_\_

André Luiz de Castilho Fonseca  
Gerente Financeiro – CRE 26.002-9  
CPF: 372.313.326-68

Assinatura: \_\_\_\_\_

José Adriano Calamari  
Contador–CRC 1SP-215.716/O-4  
CPF: 137.688.928-59

Assinatura: \_\_\_\_\_